

Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA/MT



Superintendência de Infraestrutura, Mineração, Indústria e Serviços - SUIMIS

Licença de Operação

LO Nº: 322332/2020

VÁLIDA ATÉ: 29/07/2025

PROCESSO Nº: 309491/2006

DATA DE PROTOCOLO: 04/12/2006

A **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-SEMA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 38 de 21 de Novembro de 1.995 e alterada pela Lei Complementar nº 232 de 21 de Dezembro de 2005, que dispõe sobre o Código Ambiental de Mato Grosso, concede a presente licença.

DENOMINAÇÃO DA PROPRIEDADE OU EMPREENDIMENTO

MAXIMA AMBIENTAL, SERVIÇOS GERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA

ATIVIDADE LICENCIADA:

Coleta, Transporte, Armazenamento e Tratamento (Autoclave) de Resíduos de Serviços de Saúde

LOCALIZAÇÃO:

Rodovia MT 351, Lote 132, Sítio Recreio Azul, Zona Rural
Coordenadas geográficas: DATUM: SIRGAS2000 - W: 56:02:05,40 - S:
15:30:33,00

MUNICÍPIO:

Cuiabá/MT

CEP:

78000-000.

NOME / RAZÃO SOCIAL DO INTERESSADO

MAXIMA AMBIENTAL SERVIÇOS GERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA

CNPJ/CPF: 07.657.198/0001-20

ATIVIDADE PRINCIPAL:

Coleta de resíduos perigosos

RESTRIÇÕES:

As contidas no processo de licenciamento e na legislação em vigor. É obrigatório a manutenção do parecer técnico no local da atividade licenciada juntamente com a licença emitida, bem como a comprovação do cumprimento das condicionantes e solicitações existentes, caso haja.

DOCUMENTOS ANEXOS E CONDIÇÕES GERAIS DE VALIDADE DESTA LICENÇA:

- Conforme Parecer Técnico nº: 136989 / CPLRS / SUIMIS / 2020

LOCAL E DATA

Cuiabá
30/07/2020

Coordenador de Infraestrutura

Celso Ferreira Macedo

Superintendente de Infraestrutura, Mineração,
Indústria e Serviços

Valmi Simão de Lima

Obs: Esta Licença Ambiental deve ser anexada em local de fácil acesso e visualização

Parecer Técnico

Análise do Requerimento de Renovação da Licença de Operação.

PT Nº: 136989 / CPLRS / SUIMIS / 2020

Processo Nº: 309491/2006
Data do Protocolo: 04/12/2006**INFORMAÇÕES GERAIS DO PROCESSO****Interessado**

- **Nome / Razão Social:** MAXIMA AMBIENTAL SERVIÇOS GERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA
- **CPF/CNPJ:** 07.657.198/0001-20
- **Endereço:** Rua 09 SÍTIO RECREIO LAGO AZUL (CHACARA)
BAIRRO: ZONA RURAL - CEP: 78005-000
- **Município:** Cuiabá - MT

Propriedade/Obra ou Empreendimento:

- **Denominação:** MAXIMA AMBIENTAL, SERVIÇOS GERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA
- **Localização:** Rodovia MT 351, Lote 132, Sítio Recreio Azul, Zona Rural - CEP: 78000-000
- **Município:** Cuiabá - MT
- **Coordenada Geográfica:** DATUM: SIRGAS2000 - W: 56:02:05,40 - S: 15:30:33,00

Responsável Técnico:

- **Nome / Razão Social:** NATHALIA CORRÊA FERRARI CORRÊA
- **Formação:** Engenheiro Sanitarista - CREA : MT 018691

Atividades Licenciadas:

Não foi associado roteiro a este processo.

ANÁLISE TÉCNICA**1. PROJETO PROPOSTO**

Trata-se de projeto de renovação da Licença de Operação da empresa Máxima Ambiental Serviços Gerais e Participações Ltda (CNPJ 07.657.198/0001-20) - Processo nº 309491/2006- para a atividade de Coleta, transporte, armazenamento e tratamento (por autoclave) de resíduos de serviço de saúde.

O requerente solicitou que fosse englobada na Licença de Operação a atividade de coleta, transporte e armazenamento temporário de pilhas, baterias e lâmpadas, que será avaliada no presente Parecer Técnico.

2. HISTÓRICO

Volume XVIII

O empreendimento recebeu Licença de Operação nº 315947/2017 com validade até

01/11/2020, emitida por meio do Parecer Técnico nº 112272/CPLRS/SUIMIS/2017 (fl. 2986) em que foram unidas as licenças ambientais das seguintes atividades: Coleta, Transporte e Armazenamento de Resíduos do Grupo B; Transportadora de Resíduos classe I e II; Coleta e Tratamento de Resíduos de Serviço de Saúde - Autoclave;

A licença passou a vigorar com a seguinte nomenclatura: Coleta, Transporte, Armazenamento e Tratamento (Autoclave) de Resíduos de Serviço de Saúde.

Em 13/11/2017 sob o protocolo nº 612039/2017, responsável técnica solicitou alteração do razão social do interessado, sendo o pedido reiterado no protocolo nº 14214/2018 e em 08/02/2018 foi emitida nova Licença de Operação com nº 316606/2018.

Em 16/01/2018, protocolo nº 19516/2018 foi solicitada autorização para a implantação de sistema de abastecimento de combustível na planta do empreendimento, que foi respondido no Ofício nº 137067/CPLRS/SUIMIS/2018.

No volume XVIII constam os seguintes relatórios de monitoramento:

- Protocolo nº 62870/2018, de 08/02/2018, fl. 3011 - Relatório Técnico de Abril a Junho de 2017.
- Protocolo nº 62850/2018, de 08/02/2018, fl. 3021 - Relatório Técnico de Julho a Setembro de 2017.
- Protocolo nº 271261/2018, de 04/06/2018, fl. 3046 - Relatório Técnico de Outubro a Dezembro de 2017.

Em 14/03/2018 sob protocolo nº 121766/2018 (fl. 3036) foi solicitada a exclusão de placa de veículo.

Em 15/05/2018 sob protocolo nº 239745/2018 (fl. 3042) foi solicitada complementação ao Parecer Técnico nº 112272/CPLRS/SUIMIS/2017, para que fosse mencionado a autorização de tratar os resíduos do grupo A e seus sub grupos e resíduos do grupo A.

Foi informado no Ofício nº 137067/CPLRS/SUIMIS/2018 que as empresas do ramo de RSS devem operar dentro dos critérios estabelecidos na RDC 306/2014 e Resolução Conama 358/2005 e demais legislações que vierem a substituir.

Volume XIX

Em 23/04/2018 sob protocolo nº 194934/2018, fl. 3045 foi apresentada atualização do processo de licenciamento ambiental, em que é solicitada a inclusão de uma nova autoclave e caldeira bem como armazenamento e fluxo para melhor atender as necessidades da empresa. Em 15/05/2018 sob protocolo nº 239696/2018 (fl. 3082) foi apresentadas especificações técnicas da caldeira e autoclave. Em resposta, foi emitido o Ofício nº 137067/CPLRS/SUIMIS/2018 indicando a necessidade do requerimento de Licença Prévia e de Instalação para ampliação.

Em 20/04/2018 sob protocolo nº 192021/2018 solicita autorização para implantação do sistema de abastecimento de combustível, que foi respondido no Ofício nº 137067/CPLRS/SUIMIS/2018.

Em 13/06/2018 foi emitido o Parecer Técnico nº 117334/CPLRS/SUIMIS/2018 e o Ofício nº 137067/CPLRS/SUIMIS/2018. O Ofício trouxe a avaliação dos protocolos nº 416316/2017, 195116/2018, 192021/2018, 239745/2018 e 194934/2018. Foi emitida a LO nº 317413/2018.

Em 04/07/2018, no protocolo nº 332480/2018 (fl. 3161) foi apresentada nova destinação para os resíduos Grupos A e E autoclavados pela Máxima Ambiental.

Em 16/08/2018 sob o protocolo nº 419781/2018 foi apresentado requerimento para redução da distância do corpo hídrico para instalação de sistema de abastecimento de combustível, que foi deferido no Ofício nº 139383/CPLRS/SUIMIS/2018

Em 16/08/2018 sob protocolo nº 419757/2018 apresenta carta de anuência da empresa Incinera para o recebimento de resíduos juntamente com Licença de Funcionamento.

Foram apresentados os seguintes relatórios de monitoramento:

- Protocolo nº 476755/2018, de 14/09/2018, fl. 3175 - Relatório Técnico de Janeiro a Março de 2018.
- Protocolo nº 489617/2018, de 21/09/2018, fl. 3199 - Relatório Técnico de Abril a Junho de 2018.

Protocolo nº 32461/2019 de 24/01/2019, fl. 3236 - Relatório Técnico de Julho a Setembro de 2018.

- Protocolo nº 184040/2019 de 23/04/2019, fl. 3366 - Relatório Técnico de Outubro a Dezembro de 2018.

Em 20/09/2018 foi emitido o Ofício nº 139383/CPLRS/SUIMIS/2018 respondendo aos protocolos nº 332480/2018, 476755/2018, 419781/2018 e 419757/2018.

Em 05/10/2018 protocolo nº 518392/2018 foi requerida a inclusão de veículo na licença e exclusão de veículos nos protocolos nº 553105/2018 e nº 535400/2018.

Em 25/10/2018 sob protocolo nº 556484/2018 foi informado a substituição da câmera fria existente.

Em 19/10/2018 sob protocolo nº 545271/2018 foi apresentada resposta ao Ofício nº 139383/CPLRS/SUIMIS/2018.

Em 19/02/2019 sob protocolo nº 75306/2019 foi encaminhada listagem de veículos e documentos para atualização da frota. Em resposta foi emitido o Parecer Técnico nº 124570/CPLRS/SUIMIS/2019 (Fl. 3312).

Em 15/03/2019 sob protocolo nº 116153/2019 foi solicitada manifestação quanto a autorização de coleta, transporte e armazenamento temporário de lâmpadas, que foi respondido pelo Ofício nº 143008/CPLRS/SUIMIS/2019.

Em 01/04/2019 (Protocolo nº 144804/2019) e em 10/04/2019 (Protocolo nº 161756/2019) foi protocolado solicitação de alteração nas restrições da Licença de Operação, que foi

respondida no Ofício nº 143903/CPLRS/SUIMIS/2019 e com a emissão da LO nº 319338/2019 (fl. 3361).

Em 28/06/2019 sob protocolo nº 305089/2019 (fl. 3383) foi requerida atualização da frota.

Volume XX

Em 26/07/2019 com o protocolo nº 357314/2019, a interessada solicita esclarecimentos quanto a necessidade de EIA/RIMA da ampliação da atividade da empresa, em que há pretensão de instalar um incinerador de resíduos. A reiteração do pedido é feito por meio do protocolo nº 401520/2019

Foram apresentados os seguintes relatórios de monitoramento:

- Protocolo nº 391797/2019, de 15/08/2019, - Relatório Técnico de Janeiro a Abril de 2019.
- Protocolo nº 640278/2019, de 27/12/2019, - Relatório Técnico de Maio a Agosto de 2019.
- Protocolo nº 148320/2020, de 16/04/2020, - Relatório Técnico de Setembro a Dezembro de 2019.

Em 08/01/2020 foi solicitado pelo protocolo nº 8023/2020 a alteração do Parecer Técnico da LO com o objetivo de incluir as lâmpadas fluorescentes.

Em 20/05/2020 sob protocolo nº 188907/2020 é reiterada a atualização das placas dos veículos que é realizada por meio do Parecer Técnico nº 136203/GGRS/CPLRS/SUIMIS/2020 e emissão da Licença de Operação nº 322180/2020.

Volume XXI

Em 16/06/2020 foi requerida a renovação da Licença de Operação por meio do protocolo nº 220757/2020, com apresentação dos documentos elencados no item 3.1 deste Parecer Técnico.

3. ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO

3.1 - CONFERÊNCIA DOCUMENTAL

Em 16/06/2020 foi requerida a renovação da Licença de Operação por meio do protocolo nº 220757/2020, sendo apresentados os seguintes documentos: requerimento padrão; cópia da taxa quitada; Publicação no DOE e em jornal de circulação local; Certidão do registro de pessoa Jurídica; Certidão de Registro de Pessoa física; Certidão de Cadastro Técnico da Responsável Técnica e do empreendimento junto a SEMA do conselho de classe; documentos do representante (CNPJ; 11ª alteração contratual; documentos pessoais dos sócios); procuração; plano de operação do empreendimento; alvará dos bombeiros; plano de controle de vetores; Documentos dos veículos CIPP e CIV, CRLV); documentos dos motoristas (CNH e curso MOPP); documentos subcontratadas;

Os documentos apresentados pela interessada foram conferidos quanto a sua forma e atendimento ao roteiro orientativo, não consistindo em atribuição do órgão ambiental atestar a veracidade destes, sendo responsabilidade da requerente e do responsável técnico a

autenticidade dos mesmos.

3.2 - LOCALIZAÇÃO GEORREFERENCIADA

O empreendimento está localizado na Rodovia MT 351, lote 132, Sítio Recreio Azul, Zona Rural, Cuiabá - MT, tendo como referência as coordenadas geográficas 56°02'05,40"W e 15°30'33"S.

3.3 - ANÁLISE TÉCNICA DO PROJETO

Após a emissão da Licença de Operação nº 315947/2017 foi solicitada a autorização para a implantação de sistema de abastecimento de combustível na planta do empreendimento, que foi autorizada. Foi informado ainda quanto a substituição da câmara fria existente.

No protocolo nº 545271/2018 foi informado que o piezômetro nº 02 foi desativado e construído outro com 4 metros de profundidade, os demais possuem 3 metros, contudo não foi informada a localização.

Renovação da Licença de Operação

O empreendimento apresentou o Procedimento Operacional Padrão para a usina de tratamento de resíduos de serviço de saúde, plano de controle de vetores e os respectivos relatórios de desinsetização, desratização.

Apresentou Alvará de segurança contra incêndio e Pânico emitido pelo Corpo de Bombeiros com validade até 23/07/2021 e publicação no DOE do cadastro de captação insignificante de água subterrânea.

Foram apresentadas as seguintes licenças ambientais e contratos:

- Licença de Operação nº 104/2014 do aterro classe I da empresa Essencis MG Soluções Ambientais vencida em 16/12/2018, localizada em Minas Gerais.
- Licença de Operação nº 13/2017 do aterro classe II da empresa Essencis MG Soluções Ambientais com vencimento em 25/07/2027, localizada em Minas Gerais.
- Licença de Funcionamento nº 1956/2015 da empresa Incinera Tratamento de Resíduos localizada no Estado de Goiás com validade até 10/09/2019;
- Declaração de recebimento de resíduos industriais (cinzas do processo de incineração) da Incinera Tratamento de Resíduos Ltda, emitida pela Essencis MG.
- Contrato entre a Essencis MG e a Incinera Tratamento de Resíduos Ltda. Consta no contrato, que a Licença de Operação nº 104/2014 do aterro classe I da empresa Essencis MG Soluções Ambientais vencida em 16/12/2018 possui recibo de solicitação para prorrogação de licença protocolada sob nº 0580376/2018.
- Carta de anuência para encaminhamento de resíduos da Máxima Ambiental para a empresa Incinera Tratamento de Resíduos Ltda.
- Declaração de recebimento de resíduos industriais da Máxima Ambiental emitido pela Essencis MG com validade até 03/07/2020.
- Carta de Anuência para recepção e tratamento térmico de resíduos emitido pela Inca - Incineração e Controle Ambiental Ltda.
- Certificado LOC nº 02/2017 - Licença Ambiental emitido pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMAM para a empresa Inca - Incineração e Controle Ambiental Ltda. para a atividade de incineração de resíduos de serviço de saúde - Grupo A, B e E.

- Contrato nº 0706/2017 entre a Máxima Ambiental e a CGR - Centro de Gerenciamento de Residuais para destinação de Resíduos Classe II;
- Cópia da LO nº 311694/2015 e de parte do Parecer Técnico nº 93108/CLEIA/SUIMIS/2015 do CGR - Centro de Gerenciamento de Residuais de Cuiabá Ltda.

Conforme consta no item 2 Histórico, o empreendimento vem apresentando relatório de auto monitoramento periódico da atividade e demonstrando que os sistemas de controle ambiental estão sendo eficientes.

Foi apresentada frota de veículos que possuem as seguintes placas: AZC-1597, OBR-4432, OBL-0341, QCZ-7156, OBJ-7869, QCU-2913, PAA-9222 e HEM-9707. Para todos os veículos listados foram apresentados os CRLV, CIV e CIPP.

Foram apresentados os certificados do curso especializado para condutores de veículos de transporte de resíduos perigosos de três motoristas.

O requerente solicitou que fosse englobada na Licença de Operação a atividade de coleta, transporte e armazenamento temporário de pilhas, baterias e lâmpadas.

Com relação às lâmpadas fluorescentes, destacamos que o empreendimento apresentou a Licença de Operação da empresa Incinera Tratamento de Resíduos Ltda., e que o empreendimento possui como atividade principal: Incineração de resíduos especiais, RSS, Resíduos Farmoquímicos e suas embalagens e resíduos perigosos industriais; Demais atividades: Recebimento, armazenamento e destinação de lâmpadas para terceiros. Destacamos que o destino proposto às lâmpadas fluorescentes é adequado.

Com relação ao recolhimento de pilhas e baterias não foi informada para onde estes serão destinados. Destacamos que a logística reversa de pilhas e baterias foi estabelecida pela Lei 12.305/2010 e o seu gerenciamento estabelecido na Resolução Conama nº 401/2008. Destacamos que a entidade gestora para os Resíduos de Equipamentos Eletroeletrônicos Nacional é a Green Eletron e que esta possui recicladoras homologadas, sendo portanto a melhor destinação para os resíduos. Portanto, para a autorização da coleta e transporte de pilhas e baterias deverá ser apresentado licença e proposta da empresa que realizará a reciclagem.

Com relação ao armazenamento de pilhas, baterias e lâmpadas fluorescentes, deve ser requerida Licença Prévia e de Instalação para ampliação, uma vez que tais resíduo não foram contemplados no licenciamento do empreendimento, e tampouco previsto os impactos, apresentadas medidas mitigadoras, projetos e sistemas de controle de poluição para tal. Para tanto, o requerimento deve ser orientado pelos Termos de Referência nº 42 e 43/SUIMIS/SEMA-MT.

Portanto, somos favoráveis a inclusão na Licença de Operação vigente a coleta e o transporte das lâmpadas fluorescentes. Uma vez que foi declarado no protocolo nº 8023/2020 que o empreendimento possui o intuito exclusivo de coleta no ponto gerador e encaminhamento direto a empresa terceirizada para tratamento/recuperação e destinação final.

Ressalvamos que a vistoria local, neste momento, não foi realizada em virtude das restrições temporárias causadas pelo COVID-19 (CORONAVÍRUS), considerando se tratar de empreendimento que vem apresentando relatórios de monitoramento periódicos e vem

operando a contento. Nossa decisão, neste aspecto, se fundamentam na Lei Complementar Estadual nº 592/2017 no Artigo 31 § 6º.

Diante dos documentos e informações apresentadas, **opinamos pelo deferimento do requerimento de Renovação da Licença de Operação.**

4) CONCLUSÃO

A empresa MÁXIMA AMBIENTAL SERVIÇOS GERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ 07.657.198/0001-20, requereu a Renovação da Licença de Operação para a atividade de atividade de **Coleta, transporte, armazenamento e tratamento (por autoclave) de resíduos de serviço de saúde**, conforme protocolo nº 220757/2020.

Considerando a análise documental e técnica, em que foi constatado que o empreendimento encontra-se operando em conformidade, posicionamos pelo **DEFERIMENTO do requerimento de Renovação da Licença de Operação** restrita ao cumprimento das condicionantes expressas neste parecer.

Destacamos que a autoclave está limitada ao processamento de 600kg/hora de resíduos de Saúde do Grupo A e E. O armazenamento temporário está limitado aos resíduos de serviço de saúde do grupo B e a câmara fria para os resíduos do grupo A e E. A coleta e o transporte está habilitado a operar com resíduos da classe I e II, incluindo lâmpadas. Os grupos identificados referem-se à classificação da Resolução Conama 358/2005 e as classes citadas referem-se à NBR 10.004/2004. As placas dos veículos integrantes do processo de licenciamento ambiental são: AZC-1597, OBR-4432, OBL-0341, Q CZ-7156, OBJ-7869, QCU-2913, PAA-9222 e HEM-9707.

Cabe ao interessado atender a todas as condicionantes do processo, bem como seguir o projeto apresentado na implantação do empreendimento. O não cumprimento das condicionantes acarretará na suspensão e/ou cancelamento da licença emitida.

Cabe esclarecer que a SEMA-MT não possui responsabilidade técnica sobre os projetos de controle ambiental aprovados para implantação, sendo a execução, operação, comprovação de eficiência e/ou gerenciamento dos mesmos de inteira responsabilidade da própria empresa, seu projetista e/ou prepostos.

5 CONDICIONANTES DE VALIDADE


A validade da licença ambiental está condicionada ao cumprimento das condicionantes elencadas, sendo que o descumprimento de qualquer uma delas ensejará sua suspensão ou cancelamento, além das sanções cabíveis.

A. Apresentar mapa com atualização dos poços de monitoramento instalados. **Prazo 60 dias.**

B. Cópia do contrato com a empresa que realizará o atendimento emergencial (nos casos de terceirização do serviço), seguro ou comprovação de posse de recursos materiais, humanos e de comunicação, de acordo com ABNT NBR 15480:2007 e NBR 14064:2015 com apresentação dos certificados de treinamento dos colaboradores da empresa (atendimento emergencial próprio); **Prazo 60 dias.**

- C. Manter as pessoas envolvidas no gerenciamento de resíduos treinados e atualizados para a execução das atividades;
- D. Manter o controle do gerenciamento dos resíduos, destacando o gerador e a quantidade de cada gerador, separados por data da realização das coletas, descrição e classificação dos resíduos.
- E. Apresentar relatório semestral de monitoramento, incluindo resumidamente informações sobre as quantidades de resíduos recebidos, sobre a remessa de efluentes líquidos, encaminhando as informações referente aos planos de monitoramento (resultados e avaliações dos mesmos) e justificativas quanto às possíveis alterações e ajustes no processo operacional; Apresentar cópia do certificado de destinação final dos resíduos Classe I.
- F. O monitoramento da água subterrânea deverá ser realizado semestralmente nos meses de fevereiro/março e em agosto/setembro.
- G. Manter atualizado os documentos administrativos vencidos ou prestes a vencer, como alvarás e no caso das transportadora, como a CNH, CRLV, CIV e CIPP.
- H. No caso de ampliação da frota de veículos ou substituição dos mesmos, deverá ser solicitado o cadastramento de novos veículos, observando o número de veículos por porte.

Cuiabá - MT, 29 de julho de 2020


Alexandra N. O. Silvino
Analista de Meio Ambiente
SEMA/MT